

O País Exige Respeito; a Vida Necessita da Ciência e do Bom Governo

Carta Aberta à Sociedade Referente a Medidas de Combate à Pandemia

O Brasil é hoje o epicentro mundial da covid-19, com a maior média móvel de novos casos. Enquanto caminhamos para atingir a marca tétrica de 3.000 mortes por dia e um total de mortes acumuladas de 300.000 ainda esse mês, o quadro fica ainda mais alarmante com o esgotamento dos recursos de saúde na grande maioria de Estados, com insuficiente número de leitos de UTI, respiradores e profissionais de saúde. Essa situação tem levado a mortes de pacientes na espera pelo atendimento, contribuindo para uma maior letalidade da doença. A situação econômica e social é desoladora. O PIB encolheu 4,1% em 2020 e provavelmente observaremos uma contração no nível de atividade no primeiro trimestre deste ano. A taxa de desemprego, por volta de 14%, é a mais elevada da série histórica, e subestima o aumento do desemprego, pois a pandemia fez com que muitos trabalhadores deixassem de procurar emprego, levando a uma queda da força de trabalho entre fevereiro e dezembro de 5,5 milhões de pessoas. A contração da economia afetou desproporcionalmente trabalhadores mais pobres e vulneráveis, com uma queda de 10,5% no número de trabalhadores informais empregados, aproximadamente duas vezes a queda proporcional no número de trabalhadores formais empregados.

Esta recessão, assim como suas consequências sociais nefastas, foi causada pela pandemia e não será superada enquanto a pandemia não for controlada por uma atuação competente do Governo federal. Este subutiliza ou utiliza mal os recursos de que dispõe, inclusive por ignorar ou negligenciar a evidência científica no desenho das ações para lidar com a pandemia. Sabemos que a saída definitiva da crise requer a vacinação em massa da população. Infelizmente, estamos atrasados. Em torno de 5% da população recebeu ao menos uma dose de vacina, o que nos coloca na 45ª posição no ranking mundial de doses aplicadas por habitante.

O ritmo de vacinação no país é insuficiente para vacinar os grupos prioritários do Plano Nacional de Imunização (PNI) no 1º semestre de 2021, o que amplia o horizonte de vacinação para toda a população para meados de 2022.

As consequências são inomináveis. No momento, o Brasil passa por escassez de doses de vacina, com recorrentes atrasos no calendário de entregas e revisões para baixo na previsão de disponibilidade de doses a cada mês. Na semana iniciada em 8 de março foram aplicadas, em média, apenas 177.000 doses por dia.

No ritmo atual, levaríamos mais de 3 anos para vacinar toda a população. O surgimento de novas cepas no país (em especial a P.1) comprovadamente mais transmissíveis e potencialmente mais agressivas, torna a vacinação ainda mais urgente. A disseminação em larga escala do vírus, além de magnificar o número de doentes e mortos, aumenta a probabilidade de surgirem novas variantes com potencial de diminuir a eficácia das vacinas atuais. Vacinas são relativamente baratas face ao custo que a pandemia impõe à sociedade. Os recursos federais para compra de vacinas somam 22 bilhões de reais, uma pequena fração dos 327 bilhões de reais desembolsados nos programas de auxílio emergencial e manutenção do emprego no ano de 2020.

Vacinas têm um benefício privado e social elevado, e um custo total comparativamente baixo. Poderíamos estar em melhor situação, o Brasil tem infraestrutura para isso. Em 1992, conseguimos vacinar 48 milhões de crianças contra o sarampo em apenas um mês.

Na campanha contra a covid-19, se estivessemos vacinando tão rápido quanto a Turquia, teríamos alcançado uma proporção da população duas vezes maior, e se tanto quanto o Chile, dez vezes maior. A falta de vacinas é o principal gargalo. Impressiona a negligência com as aquisições, dado que, desde o início da pandemia, foram desembolsados 528,3 bilhões de reais em medidas de combate à pandemia, incluindo os custos adicionais de saúde e gastos para mitigação da deteriorada situação econômica. A redução do nível da atividade nos custou uma perda de arrecadação tributária apenas no âmbito federal de 6,9%, aproximadamente 58 bilhões de reais, e o atraso na vacinação irá custar em termos de produto ou renda não gerada nada menos do que estimados 131,4 bilhões de reais em 2021, supondo uma recuperação retardatória em dois trimestres.

Nesta perspectiva, a relação benefício custo da vacina é da ordem de seis vezes para cada real gasto na sua aquisição e aplicação. A insuficiente oferta de vacinas no país não se deve ao seu elevado custo, nem à falta de recursos orçamentários, mas à falta de prioridade atribuída à vacinação.

O quadro atual ainda poderá deteriorar-se muito se não houver esforços efetivos de coordenação nacional no apoio a governadores e prefeitos para limitação de mobilidade. Enquanto se busca encurtar os tempos e aumentar o número de doses de vacina disponíveis, é urgente o reforço de medidas de distanciamento social. Da mesma forma é essencial a introdução de incentivos e políticas públicas para uso de máscaras mais eficientes, em linha com os esforços observados na União Europeia e nos Estados Unidos.

A controvérsia em torno dos impactos econômicos do distanciamento social reflete o falso dilema entre salvar vidas e garantir o sustento da população vulnerável. Na realidade, dados preliminares de óbitos e desempenho econômico sugerem que os países com pior desempenho econômico tiveram mais óbitos de covid-19. A experiência mostrou que mesmo países que optaram inicialmente por evitar o lockdown terminaram por adotá-lo, em formas variadas, diante do agravamento da pandemia —é o caso do Reino Unido, por exemplo. Estudos mostraram que diante da aceleração de novos casos, a população responde ficando mais avessa ao risco sanitário, aumentando o isolamento voluntário e levando à queda no consumo das famílias mesmo antes ou sem que medidas restritivas formais sejam adotadas. A recuperação econômica, por sua vez, é lenta e depende da retomada de confiança e maior previsibilidade da situação de saúde no país.

Logo, não é razoável esperar a recuperação da atividade econômica em uma epidemia descontrolada. O efeito devastador da pandemia sobre a economia tornou evidente a precariedade do nosso sistema de proteção social. Em particular, os trabalhadores informais, que constituem mais de 40% da força de trabalho, não têm proteção contra o desemprego. No ano passado, o auxílio emergencial foi fundamental para assistir esses trabalhadores mais vulneráveis que perderam seus empregos, e levou a uma redução da pobreza, evidenciando a necessidade de melhoria do nosso sistema de proteção social.

Enquanto a pandemia perdurar, medidas que apoiem os mais vulneráveis, como o auxílio emergencial, se fazem necessárias. Em paralelo, não devemos adiar mais o encaminhamento de uma reforma no sistema de proteção social, visando aprimorar a atual rede de assistência social e prover seguro aos informais. Uma proposta nesses moldes é o programa de Responsabilidade Social, patrocinado pelo Centro de Debate de Políticas Públicas, encaminhado para o Congresso no final do ano passado. Outras medidas de apoio às pequenas e médias empresas também se fazem necessárias. A experiência internacional com programas de aval público para financiamento privado voltado para pequenos empreendedores durante um choque negativo foi bem-sucedida na manutenção de emprego, gerando um benefício líquido positivo à sociedade.

O aumento em 34,7% do endividamento dos pequenos negócios durante a pandemia amplifica essa necessidade. A retomada de linhas avalizadas pelo Fundo Garantidor para Investimentos e Fundo de Garantia de Operações é uma medida importante de transição entre a segunda onda e o pós-crise.

Estamos no limiar de uma fase explosiva da pandemia e é fundamental que a partir de agora as políticas públicas sejam alicerçadas em dados, informações confiáveis e evidência científica. Não há mais tempo para perder em debates estéreis e notícias falsas. Precisamos nos guiar pelas experiências bem-sucedidas, por ações de baixo custo e alto impacto, por iniciativas que possam reverter de fato a situação sem precedentes que o país vive. Medidas indispensáveis de combate à pandemia: a vacinação em massa é condição sine qua non para a recuperação econômica e redução dos óbitos.

1. Acelerar o ritmo da vacinação. O maior gargalo para aumentar o ritmo da vacinação é a escassez de vacinas disponíveis. Deve-se, portanto, aumentar a oferta de vacinas de forma urgente. A estratégia de depender da capacidade de produção local limitou a disponibilidade de doses ante a alternativa de pré-contratar doses prontas, como fez o Chile e outros países. Perdeu-se um tempo precioso e a assinatura de novos contratos agora não garante oferta de vacinas em prazo curto. É imperativo negociar com todos os laboratórios que dispõem de vacinas já aprovadas por agências de vigilância internacionais relevantes e buscar antecipação de entrega do maior número possível de doses. Tendo em vista a escassez de oferta no mercado internacional, é fundamental usar a política externa —desidratada de ideologia ou alinhamentos automáticos— para apoiar a obtenção de vacinas, seja nos grandes países produtores seja nos países que têm ou terão excedentes em breve. A vacinação é uma corrida contra o surgimento de novas variantes que podem escapar da imunidade de infecções passadas e de vacinas antigas. As novas variantes surgidas no Brasil tornam o controle da pandemia mais desafiador, dada a maior transmissibilidade.

Com o descontrole da pandemia é questão de tempo até emergirem novas variantes. O Brasil precisa ampliar suas capacidades de sequenciamento genômico em tempo real, de compartilhar dados com a comunidade internacional e de testar a eficácia das vacinas contra outras variantes com máxima agilidade. Falhas e atrasos nesse processo podem colocar em risco toda a população brasileira, e também de outros países.

2. Incentivar o uso de máscaras tanto com distribuição gratuita quanto com orientação educativa. Economistas estimaram que se os Estados Unidos tivessem adotado regras de

uso de máscaras no início da pandemia poderiam ter reduzido de forma expressiva o número de óbitos. Mesmo se um usuário de máscara for infectado pelo vírus, a máscara pode reduzir a gravidade dos sintomas, pois reduz a carga viral inicial que o usuário é exposto. Países da União Europeia e os Estados Unidos passaram a recomendar o uso de máscaras mais eficientes —máscaras cirúrgicas e padrão PFF2/N95— como resposta às novas variantes. O Brasil poderia fazer o mesmo, distribuindo máscaras melhores à população de baixa renda, explicando a importância do seu uso na prevenção da transmissão da covid. Máscaras com filtragem adequada têm preços a partir de 3 reais a unidade. A distribuição gratuita direcionada para pessoas sem condições de comprá-las, acompanhada de instrução correta de reuso, teria um baixo custo frente aos benefícios de contenção da covid-19. Considerando o público do auxílio emergencial, de 68 milhões de pessoas, por exemplo, e cinco reusos da máscara, tal como recomenda o Center for Disease Control do EUA, chegaríamos a um custo mensal de 1 bilhão de reais. Isto é, 2% do gasto estimado mensal com o auxílio emergencial. Embora leis de uso de máscara ajudem, informar corretamente a população e as lideranças darem o exemplo também é importante, e tem impacto na trajetória da epidemia. Inversamente, estudos mostram que mensagens contrárias às medidas de prevenção afetam a sua adoção pela população, levando ao aumento do contágio.

3. Implementar medidas de distanciamento social no âmbito local com coordenação nacional. O termo “distanciamento social” abriga uma série de medidas distintas, que incluem a proibição de aglomeração em locais públicos, o estímulo ao trabalho a distância, o fechamento de estabelecimentos comerciais, esportivos, entre outros, e —no limite— escolas e creches. Cada uma dessas medidas tem impactos sociais e setoriais distintos. A melhor combinação é aquela que maximize os benefícios em termos de redução da transmissão do vírus e minimize seus efeitos econômicos, e depende das características da geografia e da economia de cada região ou cidade. Isso sugere que as decisões quanto a essas medidas devem ser de responsabilidade das autoridades locais.

Com o agravamento da pandemia e esgotamento dos recursos de saúde, muitos estados não tiveram alternativa senão adotar medidas mais drásticas, como fechamento de todas as atividades não essenciais e o toque de recolher à noite. Os gestores estaduais e municipais têm enfrentado campanhas contrárias por parte do governo federal e dos seus apoiadores. Para maximizar a efetividade das medidas tomadas, é indispensável que elas sejam apoiadas, em especial pelos órgãos federais. Em particular, é imprescindível uma coordenação em âmbito nacional que permita a adoção de medidas de caráter nacional, regional ou estadual, caso se avalie que é necessário cercear a mobilidade entre as cidades e/ou estados ou mesmo a entrada de estrangeiros no país. A necessidade de adotar um lockdown nacional ou regional deveria ser avaliado. É urgente que os diferentes níveis de governo estejam preparados para implementar um lockdown emergencial, definindo critérios para a sua adoção em termos de escopo, abrangência das atividades cobertas, cronograma de implementação e duração.

Ademais, é necessário levar em consideração que o acréscimo de adesão ao distanciamento social entre os mais vulneráveis depende crucialmente do auxílio emergencial. Há sólida evidência de que programas de amparo socioeconômico durante a pandemia aumentaram o respeito às regras de isolamento social dos beneficiários. É, portanto, não só mais justo como mais eficiente focalizar a assistência nas populações de

baixa renda, que são mais expostas nas suas atividades de trabalho e mais vulneráveis financeiramente. Dentre a combinação de medidas possíveis, a questão do funcionamento das escolas merece atenção especial. Há estudos mostrando que não há correlação entre aumento de casos de infecção e reabertura de escolas no mundo. Há também informações sobre o nível relativamente reduzido de contágio nas escolas de São Paulo após sua abertura.

As funções da escola, principalmente nos anos do ensino fundamental, vão além da transmissão do conhecimento, incluindo cuidados e acesso à alimentação de crianças, liberando os pais —principalmente as mães— para o trabalho. O fechamento de escolas no Brasil atingiu de forma mais dura as crianças mais pobres e suas mães. A evidência mostra que alunos de baixa renda, com menor acesso às ferramentas digitais, enfrentam maiores dificuldade de completar as atividades educativas, ampliando a desigualdade da formação de capital humano entre os estudantes. Portanto, as escolas devem ser as últimas a fechar e as primeiras a reabrir em um esquema de distanciamento social. Há aqui um papel fundamental para o Ministério da Educação em cooperação com o Ministério da Saúde na definição e comunicação de procedimentos que contribuam para a minimização dos riscos de contágio nas escolas, além do uso de ferramentas comportamentais para retenção da evasão escolar, como o uso de mensagens de celular como estímulo para motivar os estudantes, conforme adotado em São Paulo e Goiás.

4. Criar mecanismo de coordenação do combate à pandemia em âmbito nacional —preferencialmente pelo Ministério da Saúde e, na sua ausência, por consórcio de governadores—, orientada por uma comissão de cientistas e especialistas, se tornou urgente. Diretrizes nacionais são ainda mais necessárias com a escassez de vacinas e logo a necessidade de definição de grupos prioritários; com as tentativas e erros no distanciamento social; a limitada compreensão por muitos dos pilares da prevenção, particularmente da importância do uso de máscara, e outras medidas no âmbito do relacionamento social. Na ausência de coordenação federal, é essencial a concertação entre os entes subnacionais, consórcio para a compra de vacinas e para a adoção de medidas de supressão.

O papel de liderança: Apesar do negacionismo de alguns poucos, praticamente todos os líderes da comunidade internacional tomaram a frente no combate ao Covid-19 desde março de 2020, quando a OMS declarou o caráter pandêmico da crise sanitária. Informando, notando a gravidade de uma crise sem precedentes em 100 anos, guiando a ação dos indivíduos e influenciando o comportamento social. Líderes políticos, com acesso à mídia e às redes, recursos de Estado, e comandando atenção, fazem a diferença: para o bem e para o mal. O desdémio à ciência, o apelo a tratamentos sem evidência de eficácia, o estímulo à aglomeração, e o flerte com o movimento antivacina, caracterizou a liderança política maior no país. Essa postura reforça normas antissociais, dificulta a adesão da população a comportamentos responsáveis, amplia o número de infectados e de óbitos, aumenta custos que o país incorre. O país pode se sair melhor se perseguirmos uma agenda responsável. O país tem pressa; o país quer seriedade com a coisa pública; o país está cansado de ideias fora do lugar, palavras inconsequentes, ações erradas ou tardias. O Brasil exige respeito.

Assinam essa carta:

Affonso Celso Pastore

Alexandre Lowenkron

Alexandre Rands

Alexandre Schwartzman

Álvaro de Souza

Amanda de Albuquerque

Ana Carla Abrão

Ana Maria Barufi

André de Castro Silva

André Luis Squarize Chagas

André Magalhães

André Portela

Andrea Lucchesi

Angélica Maria de Queiroz

Anna Olimpia de Moura Leite

Antônio Márcio Buainain Aod Cunha

Armínio Fraga

Beny Parnes

Bernard Appy

Bráulio Borges

Braz Camargo

Bruno Imaizumi

Carla Jucá Amrein C. de Andrade

Carlos Alberto Manso

Carlos Ari Sundfeld

Carlos Brunet Martins Filho

Carlos Góes

Carolina Grottera

Cassiana Fernandez

Celso de Campos Toledo Neto

Cesar Hideki Yamamoto

Christiano Penna

Claudia Sussekind Bird

Claudio Considera

Cláudio Frischtak

Claudio Ribeiro de Lucinda

Cleveland Prates

Cosmo De Donato Junior

Cristian Andrei

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt

Daniel Cerqueira

Daniel Gleizer

Danielle Carusi Machado

Danilo Camargo Iglori

Demóstenes Madureira de Pinho Neto

Dércio de Assis

Dimitri Szerman

Edmar Bacha

Eduardo Amaral Haddad

Eduardo Augusto Guimarães

Eduardo Mazzilli de Vassimon

Eduardo Pontual

Eduardo Souza-Rodrigues

Eduardo Weber

Eduardo Zilberman

Eduardo Zylberstajn

Eleazar de Carvalho

Elena Landau

Eloá Sales Davanzo

Fabiana Rocha

Fábio Barbosa

Fabio Giambiagi

Fábio Moraes

Fábio Romão

Fábio Xavier da Silveira Rosa

Felipe de Mendonça Lopes

Felipe Imperiano

Felipe Salto

Fernando Genta

Fernando Postali

Fernando Veloso

Flávio Ataliba

Francisco Ramos

Francisco Soares de Lima

Franklin Gonçalves

Gabriella Seiler

Genaro Lins

Giovanna Ribeiro

Guilherme Irffi

Guilherme Tinoco

Guilherme Valle Moura

Gustavo Gonzaga

Gustavo Loyola

Gustavo Madi Rezende

Helcio Tokeshi

Helena Arruda Freire

Henrique Félix

Henrique Vicente

Horácio Lafer Piva

Humberto Moreira

Ilan Goldfajn

Isacson Casiuch

Jéssica de Araújo Silva Caieiro

Joana C.M. Monteiro

Joana Naritomi

João Antunes Ramos

João Carlos Nicolini de Moraes

João Mário de França

José Augusto Fernandes

José Luiz Chabassus Maia

José Monforte

José Olympio Pereira

José Roberto Mendonça de Barros

José Tavares de Araujo

Josué Alfredo Pellegrini

Júlia Fontes

Juliana Camargo

Juliano Assunção

Laísa Rachter

Laura de Carvalho Schiavon

Laura Karpuska

Leandro Piquet Carneiro

Leane Naidin

Leany Barreiro

Lemos Leonardo Coviello Regazzini

Leonardo Monteiro Monasterio

Leonardo Rezende

Lucas M. Novaes

Lucia Hauptmann

Luciano Losekann

Luciene Pereira

Luís Meloni

Luis Terepins

Maílson da Nóbrega

Manoel Pires

Manuel Thedim

Marcela Carvalho Ferreira de Mello

Marcelo André Steuer

Marcelo Barbará

Marcelo Cunha Medeiros

Marcelo de Paiva Abreu

Marcelo F. L. Castro

Marcelo Fernandes

Marcelo Justus

Marcelo Kfoury

Marcelo Leite de Moura e Silva

Marcelo Pereira Lopes de Medeiros

Marcelo Trindade

Marcílio Marques Moreira

Márcio Garcia

Márcio Holland

Márcio Issao Nakane

Marco Bonomo

Marcos Lederman

Marcos Ross Fernandes

Maria Alice Moz-Christofoletti

Maria Cristina Pinotti

Maria Dolores Montoya Diaz

Maria Gabriela Mazoni do Nascimento Mário Ramos Ribeiro

Marisa Moreira Salles

Maurício Canêdo Pinheiro

Mauro Rodrigues

Michael Burt

Miguel Nathan Foguel

Mônica Viegas Andrade

Naercio Menezes Filho

Natália Nunes Ferreira-Batista

Natalie Victal

Nilson Teixeira

Octavio de Barros

Otaviano Canuto

Patrícia Franco Ravaioli

Paula Carvalho Pereda

Paula Magalhães

Paulo Guilherme Correa

Paulo Hartung

Paulo Henrique de Oliveira

Paulo Hermanny

Paulo Ribeiro

Paulo Tafner

Pedro Bodin de Moraes

Pedro Cavalcanti Ferreira

Pedro Henrique Salerno

Pedro Henrique Thibes Forquesato

Pedro Malan

Pedro Moreira Salles

Pedro Vasconcelos Maia do Amaral

Persio Arida

Priscilla Albuquerque Tavares

Rafael B. Barbosa

Rafael Dix-Carneiro

Regina Madalozzo

Renato Fragelli

Renê Garcia Jr.

Ricardo de Abreu Madeira

Ricardo Markwald

Roberto Bielawski

Roberto Iglesias

Roberto Olinto

Roberto Setúbal

Rodger Barros Antunes Campos

Rodrigo Lanna Franco da Silveira

Rodrigo Menon S. Moita

Rodrigo Nishida

Rogério Furquim Werneck

Rubens Ricupero

Ruy Ribeiro

Sabino da Silva Porto Júnior

Samira Schatzmann

Samuel Pessoa

Sandra Rios

Sérgio Besserman Vianna

Sergio MargulisSilvia Matos

Solange Srour

Stephanie Kestelman

Synthia Santana

Thomas Conti

Thomas Kang

Tiago Cavalcanti

Tomás Urani

Tuanne Ferreira Dias

Vagner Ardeo

Verônica Lazarini Cardoso

Victor Alexandre de Paula Lopes

Vilma da Conceição Pinto

Vinicius Carrasco

Vinícius de Oliveira Botelho

Vitor Pereira

Walter Novaes

Wilfredo Leiva Maldonado